

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Baptista, Myriam Veras

Novas perspectivas da participação na acção do serviço social

<http://hdl.handle.net/11067/3874>

Metadados

Data de Publicação	1986
Palavras Chave	Participação social, Serviço social
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 04 (1986)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T06:24:05Z com informação proveniente do Repositório

NOVAS PERSPECTIVAS DA PARTICIPAÇÃO NA ACÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

*Myrian Veras Baptista **

1. Reflexões preliminares

O tema «participação» tem sido privilegiado com um grande espaço, tanto nos discursos políticos oficiais e nas propostas institucionais, quanto nas preocupações teórico-práticas dos assistentes sociais.

No entanto, em nenhum desses âmbitos se encontra um grau razoável de consenso quanto ao seu significado. Pelo contrário, muitas vezes o que se encontra são posicionamentos ideológico / práticos frente ao termo, o que gera uma acumulação de ambiguidades e equívocos que, em lugar de esclarecê-lo, torna-o cada vez mais vago e obscuro.

Esses mal-entendidos têm por origem o facto de a participação ser uma categoria complexa e transitiva: se se toma como ponto de partida seu sentido etimológico, vamos ver que ela é «um processo físico e/ou mental de tomar parte em algo» ⁽¹⁾, ou seja, é um processo que só adquire sentido quando explicita o objecto sobre o qual a acção se faz. É o predicado que lhe vai dar a dimensão e o âmbito: participação *social*, participação em *programas*, participação *comunitária*.

Ainda, se se considerar que a participação em qualquer um desses âmbitos é um acto que expressa uma relação, e que os actos humano / sociais são respostas às questões que se colocam aos indivíduos, grupos, classes sociais, em um determinado momento sócio-histórico, acrescentaríamos a esse objecto uma intencionalidade, deste modo, a participação, seja qual for a sua objectivação, tem um sentido, uma teleologia.

Naturalmente, essa teleologia está vinculada às diferentes maneiras de ver o mundo, às ideologias e utopias que lhe fornecem os conteúdos de valor, de sentimentos, de

*. Coordenadora do Programa de Estudos Post-Graduados em Serviço Social.

⁽¹⁾ M. Lucia Carvalho da Silva em *Caracterização e Análise do Sector de Desenvolvimento da Comunidade*.

ideias e de procedimentos. É da diversidade dessas ideologias que deriva o carácter complexo, diferenciado, da participação. ⁽²⁾

Portanto, nessa reflexão preliminar, optou-se pelo caminho de desvelamento de como essas ideologias incidem sobre as propostas de participação do serviço social, na busca de explicações e compreensões cada vez mais aproximadas de seus significados e de suas formas de manifestação, no discurso e na prática dos assistentes sociais.

Considera-se que essa via pode permitir, na identificação das diferentes abordagens situadas em seus momentos sócio-históricos, a percepção dos limites e das possibilidades das propostas em que elas se situam e, principalmente, a detecção de suas formas mais autênticas e mais inautênticas de manifestação.

1.1. *O Significado da Participação nas Origens do Serviço Social*

No serviço social, a preocupação em levar a pessoa com a qual se trabalha a fazer parte do processo desencadeado no sentido da obtenção de determinados resultados que a ela dizem respeito, remonta às suas próprias origens. Desde o princípio da sua prática, os assistentes sociais consideraram a participação do cliente no processo, não só como um princípio de valor, mas também como uma estratégia de acção.

A emergência do serviço social nos países de língua latina, está ligada à vigorosa reacção desencadeada pela Igreja, frente às transformações que ocorriam no mundo, notadamente, com a consolidação da sociedade burguesa.

Nos diferentes países onde esse tipo de sociedade se estabelecia, a ideologia liberal que a norteava punha em cheque as explicações sobre o mundo e as relações sociais defendidas pela Igreja e, principalmente, propugnava a separação entre Igreja / Estado, tirando da Igreja um espaço de poder.

Por outro lado, o avanço da ideologia comunista, em termos de sua legitimidade junto a uma classe operária que se expandia com a industrialização e que emergia como força de contestação, encontrava seu espaço de demonstração real com a vitória da Revolução Russa de 1917.

A estratégia de acção da Igreja para esse enfrentamento se apoiou, por um lado, na expansão de sua presença através da ampliação da acção do laicato católico e, por outro lado, no enfrentamento da Questão Social — a realidade da expansão da polaridade riqueza / pobreza como produto do capitalismo — com a proposta de uma «terceira via», de «colaboração entre as classes».

Essa «terceira via» contida na Doutrina Social da Igreja e expressa em suas linhas mais amplas nas Encíclicas Papais «Rerum Novarum» e «Quadragésimo Ano», buscava harmonizar as relações entre capital / trabalho através da:

- restrição do direito de uso da propriedade com a discussão sobre «o valor social da propriedade», na qual a propriedade não é questionada em si, por ser considerada um direito natural, mas pelo uso que dela vinha sendo feito.

⁽²⁾ Esse aspecto foi apontado por Vicente de Paula Faleiros em «Formas Ideológicas da Participação» em Serviço Social e Sociedade, n.º 9, p. 17/25.

- proposta de um «salário justo», que não configure uma exploração do trabalhador e lhe permita aquele «mínimo de bem estar necessário para a prática da virtude», pregado na máxima de São Thomaz de Aquino.

No quadro geral de expansão da acção do laicato católico, a formação de pessoas para actuarem directamente junto dos operários e a população mais pobre, dá origem às primeiras escolas de serviço social da Europa Continental — na Bélgica e na França — que foram as matrizes das demais escolas dos países de língua latina e de formação hegemonicamente católica.

Desta forma, a proposta central dos primeiros assistentes sociais era a expansão dessa Doutrina, o que punha a necessidade da realização de um trabalho a nível de consciência, que levasse as pessoas e grupos a *participar* na ideologia e, portanto, na prática da Doutrina Social da Igreja.

Como a acção dos assistentes sociais se fazia preferencialmente junto às populações que tinham restritos ou, mesmo, cerceados os acessos aos bens e serviços básicos, o alcance daqueles objectivos exigia, como estratégia, que o trabalho ao nível de consciência se aliasse a um trabalho ao nível de provimento de recursos. Ou seja, que o provimento de recursos se transformasse em oportunidade para uma acção ao nível de consciência, que levasse àquela participação desejada.

Em consequência, as relações dos profissionais com os «clientes» passam a reproduzir as relações de dominação e dependência que a própria Igreja pregava por aqueles tempos: a alternância entre a rigidez e o apadrinhamento. A omnipresença do paternalismo, impondo normas rígidas para impedir que as coisas se encaminhassem à revelia do pensamento que se queria inculcar.

1.2. *O Significado da Participação no Momento da Profissionalização do Serviço Social*

Nos anos 50, aquela prática que havia emergido como uma proposta vocacional, se encaminha para a via da profissionalização: a demanda pelos seus serviços se institucionaliza, o serviço social é legalizado adquirindo um estatuto que lhe permite sua identificação como um corpo profissional.

Esse novo estatuto coloca-o em posição de competição no mercado de trabalho abrindo espaço para questionamentos com relação à legitimidade da profissão — como profissão académica — e à sua «cientificidade». Esse questionamento tem origem nos meios intelectuais e académicos nos quais, na época, havia forte predominância do pensamento liberal e positivista, marcadamente anti-clerical, que olhava com suspeição a emergência de uma profissão derivada do movimento laico da Igreja.

Em resposta a esse desafio e dentro de um processo de luta para fazer avançar os seus compromissos sociais, o assistente social desencadeia uma acção de interpretação do serviço social para os outros profissionais, insistindo em que, embora houvesse uma dimensão caritativa em sua acção, seu trabalho é de outra natureza, que o assis-

tente social é um profissional qualificado que realiza uma acção competente, passível de ser avaliada no mercado.

Desta forma, sua proposta doutrinária sofre uma inflexão e sua preocupação básica passa a ser o atendimento às necessidades básicas da população com a qual trabalhava — embora as linhas mestras da Doutrina Social da Igreja continuassem no seu ideário.

Tendo presente que o futuro da profissão dependia largamente do êxito da intervenção, os profissionais empreendem um esforço de sistematização de sua prática e dos conhecimentos que manipulavam, procurando dar-lhes coerência formal através do estabelecimento de definições e tipologias. A intervenção é instrumentalizada na perspectiva de três dimensões — caso, grupo e comunidade — segundo modelo já estruturado nos Estados Unidos, sendo que a sua maior ênfase se volta para a dimensão do caso individual.

Para a realização desse trabalho, os assistentes sociais se valem dos conhecimentos das ciências sociais, em um sincretismo que alia as generalizações feitas pela psicologia às da antropologia, da sociologia, da economia, etc. É quando se dá a penetração do pensamento liberal norte-americano no serviço social.

Nesse novo contexto a abordagem da participação se relaciona com essa concepção, resgatando o elemento ético da liberdade individual. E, coerentemente com as marcas funcionalistas, considera que é no conjunto das instituições sociais que ele vai encontrar as condições necessárias para o seu desenvolvimento: «a base social para a prática do serviço social funcional reside no facto de que é obrigação primária da sociedade o desenvolvimento e a administração de programas que favorecem o crescimento produtivo homem / sociedade» (3).

Nessa perspectiva, a participação se refere a comportamentos individuais de procura e de livre escolha de um projecto e do usufruto daquilo que é disponibilizado pela instituição. A acção do profissional se volta para a liberação e o acionamento da vontade do indivíduo e para o desenvolvimento de medidas de apoio e estímulo à sua auto-determinação e ao seu auto-desenvolvimento, tendo em vista seu melhor equilíbrio em relação ao meio e ao seu melhor funcionamento no desempenho de um papel social.

De certo modo, a influência norte-americana significou um avanço para o serviço social: não se tratava mais de repassar uma doutrina, nem de estabelecer a harmonia entre capital / trabalho. Reconheceu-se a existência de tensões na sociedade e essas tensões são situadas nas relações homem / meio, basicamente, na desigualdade de condição de acesso a bens e serviços, em razão da inserção ocupacional dos indivíduos, ou, em questões relacionadas a factores específicos como sexo, idade, cor, etc. A problemática social polarizada nesses dois elementos estabelece o limite para a intervenção — ou a acção se faz sobre os indivíduos, ou sobre o meio, ou sobre ambos —

(3) Lourdes Maria Moraes Oliveira. «O Modelo Funcional em Serviço Social de Caso», Em Serviço Social e Sociedade n.º 9, p. 122.

vedando a percepção dos antagonismos de classe que determinam as relações mais amplas da sociedade.

Para esse pensamento, a sociedade é organizada em uma rede de micro e macro instituições ⁽⁴⁾ que realizam funções, tendo em vista a manutenção do equilíbrio e da paz social, tendo por base «interesses comuns».

A instituição prestadora de serviços sociais, então, é vista como o lugar onde os interesses dos indivíduos e da sociedade se encontram. Os assistentes sociais, em sua prática, partiam da premissa de que «o uso da função da agência dá foco, conteúdo e direcção a um processo de ajuda específica e assegura a sua responsabilidade social de alcançar o projecto para o qual a agência foi criada e sustentada» ⁽⁵⁾.

Portanto, «extrapolar os limites de atendimento da instituição está fora da responsabilidade do assistente social» ⁽⁶⁾. Deste modo, com base em seus compromissos administrativos e burocráticos, o assistente social exerce um poder que faz com que permita ou interdite, limite ou amplie, o acesso dos indivíduos aos bens e serviços da instituição. Isso, na medida em que determina que o «propósito primeiro dos assistentes sociais seja a realização do propósito social da agência» ⁽⁷⁾ e que, por isso, «é essencial (...) que os objectivos do cliente (...) se conciliem com os objectivos de atendimento da instituição e / ou programas onde se desenvolve o serviço social» ⁽⁸⁾.

A participação, nessa perspectiva, se opera na relação assistente social / cliente, nos quadros da liberdade e da auto-determinação do liberalismo burguês, parame-trada pelos limites impostos pela relação institucional.

1.3. *O Significado da Participação na Ideologia Desenvolvimentista*

Foi com a expansão da ideologia desenvolvimentista que a questão da participação ganhou importância e espaço nas polémicas de dentro e de fora da profissão.

No decorrer da década de 50 quando, após a II Guerra Mundial, a questão desenvolvimento / subdesenvolvimento começa a prevalecer nos foruns internacionais, são montados programas e destinados recursos para o seu enfrentamento.

Por essa época, o subdesenvolvimento se torna o eixo das preocupações dos governantes e tecnocratas dos países pobres, que se vêm cada vez mais pressionados para encontrarem uma via capitalista para superação do problema.

É nesse contexto, com a interferência directa das agências internacionais de desenvolvimento, que o tema «participação» passou a ter um tratamento privilegiado nas discussões do serviço social.

⁽⁴⁾ Instituições, nesse contexto, são entendidas quer como conjuntos de normas e valores, quer como o aparato no qual essas normas operam.

⁽⁵⁾ Lourdes M. Moraes Oliveira, op. cit., p. 123

⁽⁶⁾ Idem, p. 124

⁽⁷⁾ idem, p. 123

⁽⁸⁾ idem, p. 109

Experiências anteriores de manipulação de situações de crise, que proporcionaram oportunidade de produção de conhecimentos relacionados, forneceram as bases para o tratamento das questões ao nível da população:

- a) o modo de enfrentamento dos movimentos de libertação nacional da Índia, pela Inglaterra, na década de 30. Em resposta a uma dinâmica de acontecimentos que não conseguiam enquadrar, os ingleses desenvolveram uma alternativa à dominação imperial:
- por um lado, fomentando a emergência de burguesias nacionais, de núcleos de elite nacionais vinculadas cultural e politicamente à Inglaterra, que administrassem os mecanismos burocrático-administrativos da colónia, e,
 - por outro lado, criando formas de eliminação das causas objectivas de insatisfação. ⁽⁹⁾

Em 1974, Sugata Dasgupta, na XVIII Conferência Internacional de Serviço Social, em Nairobi, denunciou esse esquema de participação como sendo destinado a legitimar o processo de formação de elites e de utilização de pessoas como «ferramentas» para o desenvolvimento. ⁽¹⁰⁾

- b) A resposta norte americana à crise capitalista de 29, de inspiração Keynesiana, que se opera através de:
- intervenção estatal como instrumento regulador da crise, através das demandas públicas, e,
 - sistematização de um processo de organização da comunidade.

Nessa perspectiva, a ideia de participação era subjacente e implicava na auto-determinação dos cidadãos, na autonomia das decisões locais e em um certo nível de organização.

Surge, então, uma proposta de desenvolvimento de comunidade que incorpora elementos essenciais de ambas as alternativas, notadamente, a formação de lideranças, a organização de recursos e o trabalho multi-disciplinar.

As diferentes concepções elaboradas pelos teóricos das ciências sociais e pelos técnicos das agências internacionais e nacionais de desenvolvimento que, naquela conjuntura, procuravam explicar o processo de desenvolvimento e, nele, situar a questão da participação, aliada às conjunturas das relações económico sociais, ao modo de ser das relações sociais nos diferentes momentos, e às experiências profissionais e políticas dos assistentes sociais e ao modo de inserção das práticas participativas nos programas institucionais, foram os principais vectores das forças que se conjugaram para

⁽⁹⁾ Essa alternativa não teve repercussões nas direcções ideológicas do desenvolvimento da comunidade, incidiu no equacionamento de suas técnicas.

⁽¹⁰⁾ Citado por Safira Ammann em Participação Social, p. 44.

a construção dinâmica dos significados de participação que foram norteando a prática e o discurso dos profissionais de serviço social naqueles anos.

Deste modo, para se compreender (e explicar) as várias perspectivas dadas pelo serviço social à participação no período da ideologia do desenvolvimentismo, temos que correlacioná-las às diferentes concepções de desenvolvimento / subdesenvolvimento que as nortearam, às estratégias conjunturais que eram assumidas para superar a situação de subdesenvolvimento, às formas de prática que se punham aos assistentes sociais naquelas instâncias e às premissas teórico-explicativas nas quais se fundamentavam.

1.3.1. *Ausência da Participação como freio do desenvolvimento*

Essa perspectiva, desenvolvida pela DESAL ⁽¹¹⁾ na década de 60, tinha como pressuposto que as causas do desenvolvimento se prendiam, basicamente, aos baixos níveis de vida de sectores da sociedade à margem do processo de modernização.

Essa marginalidade é relacionada à forma como o indivíduo se comporta frente à sociedade: anomia, apatia, desinteresse, por um lado, e / ou, criminalidade, contestação, instabilidade, de outro. Ou seja, as causas da marginalidade são vistas a partir de situações pessoais ou grupais de desajustamento e de desintegração, sem que estas situações sejam situadas nos modos de organização da sociedade nem nas condições concretas de vida que se põem a esses grupos sociais.

Ao indivíduo ou grupo social normal, se antepõe o patológico, marginal ou marginado, que precisa ser integrado ao sistema como elemento funcional. Para se garantir o processo de desenvolvimento tinha-se de pôr um freio à existência desses «sectores marginalizados»: «a persistência de um sector não participante, ou participante de maneira parcial, na sociedade industrial, em contacto com um outro sector plenamente integrado na mesma, pode ser considerado como uma limitação e uma ameaça para a sociedade industrial na medida em que impede a otimização dos recursos existentes (...) é por isso que, se a estrutura industrial exige actividades modernas e educação adequada a uma tecnologia cada vez mais complexa, a exclusão de um sector pode ser disfuncional ao sistema (...) a marginalidade reduz as possibilidades de expansão do sistema». ⁽¹²⁾

Essa marginalidade, geradora do subdesenvolvimento, era vista como resultado da autonomia de dois mundos — o mundo moderno e o mundo tradicional. O homem marginal resultava das dificuldades de relação com essas duas culturas, o que, segundo colocação da DESAL, na época, «impede a participação activa de segmentos de cultura pré-industrial no segmento moderno, tornando-o passivo, receptor dos bens construtivos do segmento moderno» ⁽¹³⁾.

⁽¹¹⁾ DESAL — Comissão para o desenvolvimento Social da América Latina.

⁽¹²⁾ Gino Germani, citado por Lúcio Kowarich em *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, p. 54.

⁽¹³⁾ DESAL, citado por Manuel Berlink em *Marginalidade e Relações de Classe em São Paulo*, p. 16.

A matriz sociológica desse pensamento está na discussão feita por Durkheim acerca dos fenómenos normais e dos fenómenos patológicos⁽¹⁴⁾, quando ele pondera que o normal pode se confundir com o médio e está relacionado com as formas mais gerais de apresentação dos factos sociais.

No entanto, ele ressalva que essa generalidade não é verdadeira em período de transição, «se por acaso ela (a situação da sociedade) estiver ligada àquela velha estrutura (...) devemos concluir que constitui presentemente um estado mórbido, por muito universal que seja»⁽¹⁵⁾.

Vicente Paula Faleiros⁽¹⁶⁾ assinala que, nessa perspectiva, a ausência de participação é confundida com incapacidade para assumir responsabilidades e se opõe os apáticos aos participantes, os indolentes aos esforçados, os preguiçosos aos denodados. Essa visão teria, intrínseca a ela, uma moralidade que legitimaria a exclusão dos participantes passivos nos produtos globais, tanto de natureza política, quanto social.

Restava, no entanto, a necessidade da interrogação: havia latente a preocupação de que o aprofundamento da crise, o distanciamento cada vez maior de um crescente número de pessoas do acesso aos bens e serviços básicos, poderia levar a uma situação de extremo risco.

A proposta de integração desses sectores «marginalizados», para que o desenvolvimento se efective, se realiza via programas e projectos de acção institucionais, ao nível dos bairros periféricos ou deteriorados (ou, ainda, das pequenas comunidades) para tratamento de problemas emergenciais e / ou do atendimento das necessidades básicas.

A acção do serviço social, vinculada a essa visão de mundo, teve seus marcos configurados pela instituição empregadora, e enfatizou a ampliação da participação das populações locais no usufruto dos serviços, tendo em vista, por um lado, a elevação dos níveis de vida e, por outro lado, a correcção dos desequilíbrios locais decorrentes dos isolamentos e dos contrastes regionais.

A participação se dá, portanto, de forma dirigida e controlada, na qual os grupos não estabelecem canais de comunicação entre si, nem com os níveis de poder, cujo acesso se faz pela mediação do assistente social.

1.3.2. *A Participação como Impulso ao Desenvolvimento*

Essa perspectiva se apoia na concepção de que o subdesenvolvimento seria um primeiro estágio de um processo evolutivo: um pequeno arranque faria com que todo um conjunto de vectores sociais se dinamizassem levando gradualmente ao desenvolvimento, à sociedade capitalista realizada.

⁽¹⁴⁾ Emile Durkheim, «Regras Relativas à Distinção entre o Normal e o Patológico» em Regras do Método Sociológico, p. 69/93.

⁽¹⁵⁾ idem, op. cit., p. 82.

⁽¹⁶⁾ Vicente de Paula Faleiros, op. cit., p. 18.

Esse desenvolvimento era pensado em termos de indicadores quantitativos que tinham por base comparativa os países mais avançados. A partir desses indicadores, o atraso se caracterizava, principalmente, pela predominância de sectores primários de produção e por formas pré-rationais de utilização de recursos. Em contraposição, o avanço se fazia em países onde a produção era industrializada e a administração dos recursos era racional e moderna.

Rostow⁽¹⁷⁾ foi o grande ideólogo dessa forma de luta contra a miséria e o subdesenvolvimento, encetada pela Aliança para o Progresso em confronto à Revolução Cubana e à tensão social que dominava o continente. Na sua visão, a sociedade capitalista não aparece como um momento construtivo da evolução histórica, mas como um ponto final, como a organização definitiva. O seu modelo de sociedade é o norte-americano, como sociedade desenvolvida e organizada.

No sentido do alcance dessa meta, Rostow elaborou um projecto neo-liberal de luta contra o subdesenvolvimento, prevendo a intervenção estatal para propiciar o alcance do bem estar. Sua matriz teórica foi um funcionalismo que responde às necessidades de promover modernizações, desenvolvido por Robert Merton.⁽¹⁸⁾

No início da década de 50, Robert Merton desenvolve a proposta de um novo tipo de análise das ciências sociais como resposta às pressões por mudança que se punham ao mundo capitalista. Essa nova proposta se fundava na consideração de que o funcionalismo não é necessariamente conservador mas que abriga possibilidades mudancistas de agregação de elementos modernizadores. Essa ambiguidade conservadora / mudancista se expressa tanto ao nível da elaboração intelectual, quanto ao nível das operações de intervenção.

Nessa proposta, Merton trabalha a sociedade como um todo, a que ele chama de sistema, que congrega um conjunto de partes componentes. Essa abordagem lhe permite perceber que os actos sociais não são simples, de consequências meramente causais, imediatas e isoladas, mas são sistémicos e de repercussão a longo prazo.

Trabalha o conceito de disfunção tornando-o inseparável do de função⁽¹⁹⁾: «temos observado as dificuldades acarretadas pela limitação da análise às funções exercidas para a «sociedade», uma vez que certos itens podem ser funcionais para alguns indivíduos e subgrupos e disfuncionais para outros». ⁽²⁰⁾

Nessa contradição, Merton se reporta a indivíduos e subgrupos (sem referir-se à classe, como categoria explícita) e estabelece a realidade factual da mudança como instrumento analítico: «temos observado que os analistas funcionais tendem a focalizar a estática da estrutura social e a negligenciar o estudo da mudança estrutural (...)

⁽¹⁷⁾ W. Rostow em *As Etapas do Desenvolvimento Económico: Um Manifesto Não Comunista*.

⁽¹⁸⁾ Robert Merton em *Sociologia: Teoria e Estrutura*, p. 103.

⁽¹⁹⁾ O conceito de função trabalhado por Merton deriva do sentido matemático empregado por Leibniz — uma variável considerada em relação a uma ou mais variáveis em termos das quais se expressa, ou de cujo valor depende o seu próprio valor — com as modificações necessárias para o estudo da sociedade. Op. cit., p. 87.

⁽²⁰⁾ Robert Merton, op. cit., p. 118.

o conceito de tensão, de esforço, de oposição no nível estrutural, propicia uma aproximação analítica no estudo da dinâmica e da mudança». ⁽²¹⁾

A sua hipótese central de mudança é a existência, de uma parte, de normas valorativas que induzem ao sucesso e, de outra parte, do facto concreto das possibilidades reais de êxito terem limites, o que resulta em diferenças na alocação de serviços e de riquezas, que produzem insatisfações e disfunções. Essas insatisfações levam a conflitos de subgrupos, e são esses conflitos que geram as mudanças.

Em Robert Merton, os grupos sociais são perspectivados por suas características culturais e pelas suas condições de acesso aos benefícios da sociedade e, deste modo, sua concepção do conflito está atrelada à conquista de bens e riquezas, tendo como ponto de partida a permanência da desigualdade de oportunidades. Essa perspectiva, assumida pelos intelectuais da época desenvolvimentista, e pelos assistentes sociais, teve como resultado esvaziar as dimensões económicas e políticas dos conflitos e situá-los ao nível das relações homem / meio.

Nesta análise, o conflito que leva ao dissenso tem também um elemento de funcionalidade. Quando trata das funções manifestas e das funções latentes ⁽²²⁾, separa, na função latente, a funcional da disfuncional: a primeira levando à estabilidade e a outra à mudança. Nesse sentido, poder-se-ia imaginar que qualquer demanda de participação popular sendo, no limite, disfuncional, tenha um elemento latente que é funcional. É essa ambiguidade original que vai dar possibilidade à sua cooptação, à sua absorção pelo sistema, através de um processo de integração.

O resgate do conflito nessa proposta, se faz a partir de estruturas político-organizativas que tendem a incorporar, com dinâmicas diferentes, aqueles sujeitos que se defrontam com oportunidades limitadas. São «estruturas definidas que nascem e funcionam para reduzir um tanto as tensões agudas e os problemas dos indivíduos apanhados no conflito descrito entre a «pressão cultural do sucesso para todos» e o facto socialmente estruturado de oportunidades desiguais de sucesso» ⁽²³⁾.

Tomando o conflito pelas suas características culturais e valorativas e não colocando em questão a redutibilidade de oportunidades, essas organizações tendem a operar ajustamento nas relações básicas. Evidentemente, nesta óptica, o ajustamento não tem características passivas, de uso de técnicas de conforto, exige o desenvolvimento de técnicas que permitam explorar os meios e as vias que proporcionam mobilidade social. É quando se põe a engenharia social, e o serviço social como um de seus componentes.

A participação que se põe como decorrência desse processo organizativo é aquele que se expressa através de instituições, por mecanismos representativos. Ela se dá na medida em que o indivíduo pertence a um subgrupo e delega através do voto, a um

⁽²¹⁾ idem, p. 120.

⁽²²⁾ A função manifesta é, para Merton, a função intencionada e reconhecida pelo participante, enquanto que a função latente não está presente na intenção do participante e, portanto, não é por ele reconhecida. Robert Merton, op. cit., p. 118.

⁽²³⁾ Willian F. White, citado por Robert Merton, op. cit., p. 145.

seu representante, o exercício de determinados poderes frente à sociedade. Nessa organização, os eleitos aparecem como legítimos representantes da vontade geral e os seus objectivos como o consenso em torno de certos interesses definidos. O conflito assim institucionalizado é restrito a certas decisões. É um modelo que não apenas se limita ao institucional, mas também a um institucional muito estrito, reduzido. Para ele, a legitimidade não está nos projectos, mas nas instituições que os encaminham. Isso tem como consequência que a legitimidade da mudança passa pelo existente, pelo instituído, o que vai opor entraves à dinâmica desse processo.

Essas elaborações ideológicas e teóricas incidiam sobre as reflexões dos intelectuais, dos técnicos e dos políticos dos países subdesenvolvidos que começaram a considerar que, mesmo levando em conta a situação de atraso e miséria de seus países, o esforço e o sacrifício de toda a população poderiam levar ao alcance do bem estar material, representado pelo desenvolvimento.

Nesse momento, a participação aparece como resposta às questões que o desenvolvimento / subdesenvolvimento punha à acção dos técnicos, e o assistente social se situa como o técnico que já tem uma vivência no tratamento directo com a população.

À partida, se punha o desafio do aproveitamento racional dos escassos recursos e da mobilização da população para a sua máxima rentabilidade. O sentido da participação, nesse momento, é o da organização para o agir: a organização da população passou a ser vista como instrumento, como a alavanca necessária à acção do serviço social para o alcance dos objectivos do desenvolvimento.

Essa óptica levou também à valoração da acção educativa — não em seu sentido formal, mas enquanto qualificação para manipulação da realidade — , pedagogia social, formação de mão de obra, educação de base, etc. Era preciso mudar os hábitos da população para que se pudesse ampliar as condições de produção e de consumo.

O instrumento operacional de maior força nessa abordagem foi o planeamento, basicamente, o planeamento participativo, que contemplava o nível local como nível decisório de seu processo.

A sistematização realizada por Hilhorst⁽²⁴⁾ permite visualizar as ideias centrais dessa proposta. Nessa sistematização Hilhorst leva em conta os elementos espaço e decisão, considerando que o planeamento opera a níveis espaciais e que, a cada espaço (internacional, nacional, macro-regional, micro-regional ou local) corresponde um nível de planeamento, com função, bens, actividades e, principalmente decisões próprias.

Cada sistema espacial de planeamento seria subsistema do sistema imediatamente superior e se constituiria dos (sub) sistemas imediatamente inferiores. Ainda, cada um desses sistemas poderiam ser complementados por uma sectorização que comporia, por sua vez, subsistemas dentro do nível.

As decisões relacionadas a cada nível seriam autónomas, mas teriam que ser coerentes com as decisões advindas dos níveis decisórios superiores, os quais lhes proporcionariam um conjunto de referências. As decisões de um mesmo nível não se influen-

(24) Hilhorst em Planeamento Regional, Enfoque sobre Sistemas, p. 45.

ciariam directamente. As decisões dos menores níveis (local, comunitário) têm influência limitada em relação aos demais níveis, e diminuem à medida que esses níveis se tornem mais distantes, a não ser que apresentem uma homogeneidade de padrões dentro do sistema, isto é, que a maior parte dos sistemas do mesmo nível assumam decisões análogas.

A preparação do processo de tomada de decisões locais no planeamento motivou o Dr. Rafael Reyes Parga ⁽²⁵⁾ a conceber um esquema de medidas encaminhadoras do processo de participação:

1.ª etapa: participação programada das pessoas das comunidades nos programas e projectos desenvolvidos na região através de sua inclusão em subprojectos que visassem essa participação, definindo níveis e estratégias para tanto. Nessa etapa, a acção é dirigida no sentido de levar a população a se comprometer na discussão e execução de programas que buscam a superação das condições de subdesenvolvimento.

2.ª etapa: instrumentação da participação através da criação de instrumentos viáveis e válidos de comunicação e de institucionalização, que estabelecessem o inter-relacionamento entre a sociedade local e a sociedade nacional. Criação de instrumentos legais, administrativos e operacionais que permitissem transformar a acção comunitária em mecanismos de integração.

3.ª etapa: programação participada, que seria a concretização do processo, a partir da rede de grupos de interesses, interdinamizados, que passariam a fazer parte da tomada de decisões, a nível local, dos programas governamentais.

No plano formal, a organização da participação no planeamento e direccionamento «organizado» da sociedade, parecia ter encontrado um «modelo». No entanto, embutidas nessa perspectiva de desenvolvimento, se entrecrocavam duas utopias diversas ⁽²⁶⁾:

- 1.ª) a de um desenvolvimento conseguido com mudanças racionais, com modernização, mas *sem* reformas de base. Essa proposta, que foi conhecida como «revolução pelo alto» ou «caminho prussiano», significava:
 - a) manutenção da ordem com o fomento à participação em programas governamentais, por um lado, e, por outro lado, a repressão dos movimentos revolucionários a partir de um forte enquadramento político de segmentos de trabalhadores;
 - b) combate ao subdesenvolvimento, com um amplo projecto de racionalização e modernização das actividades da Política Social, acabando com a baixa rentabilidade e aglutinando os recursos que eram poucos.

⁽²⁵⁾ Técnico em Desenvolvimento Comunitário da Organização dos Estados Americanos, citado por Myrian Veras Baptista em *Desenvolvimento da Comunidade*, p. 134/135.

⁽²⁶⁾ Tema tratado pelo Professor José Paulo Netto no Curso de Doutorado em Serviço Social da PUC/SP, 2.º semestre de 1985.

- 2.^a) a de um desenvolvimento conseguido com mudanças racionais *que incluíam* reformas de base, sob o argumento de que as distâncias, em termos de desenvolvimento, eram tão grandes que ainda que se fizesse uma grande racionalização, quando se conseguisse atingir uma outra etapa, os desenvolvidos já estariam muito mais à frente. Essa diferença nunca seria diminuída a não ser que se fizessem reformas, tanto ao nível externo, das relações de troca entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, quanto ao nível das estruturas internas, que viabilizassem o ideal de industrialização, de modernização capitalista, sem parte do seu barbarismo: uma reforma agrária que diminuísse a pressão demográfica sobre a cidade e permitisse maior oferta de alimentos a menor custo; uma reforma urbana que viabilizasse condições de moradias e impedisse que o imóvel urbano se tornasse reserva de valores e possibilitasse o investimento na produção.

Esse pensamento não estava pondo em jogo o capitalismo mas aquela opção capitalista que conduzia à pauperização e à miséria, configurada na 1.^a utopia que foi a que predominou nas medidas de combate ao subdesenvolvimento dos países pobres.

Já nos finais da década de 60 era reconhecido o colapso do modelo desenvolvimentista. Hoje, o fracasso económico e social dessa via pode ser aferido por alguns indicadores:

- A não realização das reformas de base (agrária, urbana e das relações no comércio internacional) em razão de interesses económicos e de compromissos político-sociais dos governos;
- o efeito perverso das mudanças na riqueza social dos países pobres: ao início do programa, a diferença era na ordem de 1 para 16 e hoje, na década de 80, é de 1 para 44 — ampliou-se o fosso que já existia entre ricos e pobres;
- os países que seguiram aquela via, após 30 anos, encontram-se em situação de maior dependência e maior subalternidade, muito embora muitos deles tenham se industrializado.

A não realização de reformas de base que viriam satisfazer algumas necessidades fundamentais da população e a concentração de renda decorrente do modelo adoptado excluíam cada vez mais durante esse processo, a classe trabalhadora dos benefícios do desenvolvimento e das decisões da política nacional.

Aos poucos foi-se evidenciando aos técnicos e à população, que a ideia directora do desenvolvimento — do benefício de *toda* a sociedade — se centrava na concepção de um espaço fictício de uma sociedade de iguais. Foi ficando cada vez mais claro que, mesmo naquelas decisões de nível local, quando os interesses eram contraditórios ou conflitantes, a oportunidade de voz se dava diferentemente, de acordo com as posições dos indivíduos, grupos ou classes sociais, face à estrutura do poder. Isso resultava, na prática, em uma participação selectiva e, por vezes, excludente de determinados grupos em relação a decisões de aspectos essenciais.

Por outro lado, muitas vezes, os grupos populares, ao serem induzidos a aderirem aos planos do governo, tiveram de deixar de desenvolver os seus próprios planos (27). Ainda, ao serem engajados no esforço desenvolvimentistas, frequentemente, esses grupos funcionaram, na verdade, mais como força de trabalho, ou grupos de legitimação — de acordo com as necessidades do sistema ou dos grupos que o controlavam — do que de defesa de seus próprios interesses.

Finalmente, esse tipo de participação (como, de resto, os demais analisados neste trabalho) era outorgada, decorria basicamente do consentimento da instituição (Estado ou agência de Bem Estar) para o exercício do papel «activo» da população, admitindo sua voz nos programas executados. (28)

1.4. *O Significado da Participação no Momento da Reconceituação*

Com a desmitificação do «ideal desenvolvimentista», os assistentes sociais mais avançados se voltaram para outras vias de resposta à problemática que era posta à profissão pelo quadro sócio-histórico que se instala na América Latina nos finais dos anos 60.

No entanto, como bem assinala José Paulo Netto (29), essa busca não partiu do nada: a acção do serviço social no período do desenvolvimentismo portava um potencial explosivo, independente de seus actores, o qual forneceu elementos centrais para a gênese dessa «virada».

Ainda que tendo por base a matriz funcionalista, por suas relações estreitas com as organizações populares e pela ampliação de seu universo teórico no campo do conhecimento das ciências sociais, os assistentes sociais se aproximam de algumas temáticas que os levam a incorporar em seu discurso e em sua proposta de prática, algumas categorias e alguns temas comuns aos pensadores e militantes marxistas. O desencadeamento do processo de indução a mudanças, por exemplo, leva à discussão das reformas de base e à polémica da dependência económica e cultural. O trato do planeamento, extrapola o âmbito da administração de serviços para a discussão da organização da sociedade e da distribuição de seus bens e serviços.

Esses componentes, aliados à forte pressão dos movimentos populares que se organizavam, se articulavam, reivindicavam e pressionavam, mobilizou forças internas da categoria dos assistentes sociais para uma acção no sentido da renovação de sua prática, de articulação de novas respostas que atendessem àquelas pressões sob um novo prisma, uma nova maneira de ver o mundo e as relações.

(27) Francisca F. Farias, «Associação e Significado na Participação» em *Serviço Social e Sociedade*, n.º 9, p. 32.

(28) Ursula S. Karsch «Burocracia e Participação» em *Serviço Social e Sociedade*, n.º 9, p. 70/71.

(29) Na ocasião referida no rodapé (25), o professor José Paulo Netto faz também uma análise da gerência e da dinâmica do movimento de reconceituação cujos aspectos principais procuramos resgatar neste trabalho.

A primeira característica das respostas que emergem é a sua *heterogeneidade*, com particularidades ligadas às diferentes conjunturas históricas por que passavam os países latino-americanos e, ainda, as especificidades das práticas profissionais e / ou políticas daqueles que as elaboravam.

Essas respostas se valiam das formulações mais recentes do *marxismo*. Faziam uma aproximação da temática marxista, não pela via do estudo e da análise dos textos clássicos do pensamento de Marx, nem pela via da análise das condições concretas de seus países, mas principalmente, pela leitura de reflexões de intelectuais de esquerda das ciências sociais e de manuais de divulgação ideológica do pensamento marxista. Era a via da leitura dos interpretes do marxismo.

Outro elemento característico desse momento foi a ausência de possibilidade *prática* de aplicação daquelas propostas: quando a vivência das alternativas de respostas começava a ensaiar seus primeiros passos para ultrapassar os limites de uma experiência controlada — notadamente em estágios dos cursos de serviço social —, o conjunto das forças que as possibilitaram entra em colapso e se inicia um processo de fascistização no continente: não havia como a reconceituação chegar à prática.

1.4.1. O «Humanismo Engajado»

Vicente de Paula Faleiros, em palestra realizada na PUC / SP, em Agosto de 86, fez uma interessante análise desse segmento do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina.

Esse «humanismo engajado», vivenciado principalmente pela esquerda católica do serviço social, seria a retornada das Encíclicas dando ênfase ao sujeito — agora, a um sujeito em luta contra a opressão.

Nessa concepção de mundo, a prática se centra num esforço no sentido da mudança que fosse independente do Estado. Era uma crítica a uma ordem liberal e ao Estado. Havia também nessa proposta um componente anti-comunista, quando ela colocava o centro da preocupação no *sujeito reflexivo*: a acção e uma reflexão do sujeito sobre si mesmo, é através da acção, do vivido, que o conhecimento se faz e que a estrutura se modifica.

Era o postulado da praxis, que tinha em Paulo Freire o principal sistematizador. Na acção dos assistentes sociais junto à população, a preocupação era focar o sujeito enquanto actor de um vivido, que era o elemento central de seu próprio processo de conhecimento.

A questão que se colocava era a da sociedade em transição para o socialismo e a pergunta era: como fazer essa transição? Estava bem claro para esse segmento que não bastava mudar a ordem liberal, o Estado, que havia que se ter um projecto de sociedade, um projecto socialista. E a polémica que se fazia era entre aqueles que achavam que se devia buscar a mudança a partir de uma acção nas estruturas, e os que defendiam as *mudanças a partir das bases*.

A ideia central era a da *libertação* e os assistentes sociais começavam a falar em *revolução* como processo de libertação, e apontavam uma metodologia que partia da

mobilização, ia para a organização, a conscientização e tinha como objectivo final a *participação*.

A matriz dessa ideologia era fornecida pelo pensamento de Mao Tse Tung que se aliava ecleticamente com o pensamento de esquerda da Igreja, com a filosofia da praxis de Kotic, com a pedagogia de Paulo Freire e, ainda, com o tecnicismo e o etapismo de planejamentos os mais sofisticados.

Segundo Faleiros, a «revolução mais revolucionária» dessa proposta estava no tipo de relação que os assistentes sociais passaram a estabelecer com a população, e não nas técnicas que empregavam. Essa era uma relação de *participação*, que buscava que o sujeito reflectisse sobre o seu vivido para se libertar.

1.4.2. A Acção «Científica»

Esse é um outro polo da reconceituação, que se opõe ao pragmatismo anterior e enfatiza a reflexão teórica e as determinações estruturais.

Não é por acaso que esse segmento da reconceituação toma forma e força no momento em que a repressão se tornou mais acirrada. A discussão se fortalece ao nível do intelecto — o que era chamado de marxismo eram mais as polémicas epistemológicas sobre a relação sujeito / objecto na análise da sociedade, as categorias, o método, etc. —, sem nenhum rebatimento sobre o tipo de intervenção que se fazia.

É o tempo das leituras das obras de Althusser, de Claude Levi-Strauss e do estudo da Gestalt. Esse é um pensamento rigoroso que se propõe à contestação, toma uma forma de crítica mas abandona a história e o humanismo, a ideia de que há uma essência humana, não como algo dado mas como conquistas históricas: o trabalho, a liberdade, a democracia, que as gerações e as épocas históricas vão ampliando e concretizando.

Isso não pode ser expresso em linguagem instrumental, «científica», caindo portanto no campo das «ideologias».

Os assistentes sociais começam a buscar uma metodologia para a sua acção «que se dirigia a uma forma especial de concepção do exercício de investigação dos requisitos teórico-instrumentais para a produção de conhecimentos» que contribua para «o processo de transformação social mediante a aferição de sua acção profissional com os parâmetros da prática científica». ⁽³⁰⁾

A ênfase da acção passa a ser a investigação uma vez que a intervenção começa a ser questionada como reprodutora das condições sociais, da força de trabalho e, nesse sentido, útil ao capital, às necessidades do capital. Deste modo, se dá um grande avanço teórico-instrumental dirigido à investigação enquanto que a prática se realizava mais ao nível de uma prática político-partidária que profissional.

⁽³⁰⁾ CELATS, «Metodologismo, produto de uma época», citado por Ursula S. Karsch, op. cit., p. 68.

«O papel das instituições onde actua o assistente social é posto em questão tanto no que se refere à sua responsabilidade na implementação das políticas sociais, como (...) ao nível de função e poder em relação a outros órgãos de programação. Essa análise interroga a «eficiência» possível do assistente social no impasse que existe entre os objectivos que se colocam e a intervenção desejada pelos organismos estatais». ⁽³¹⁾

A saída para a perspectiva da participação passa a ser ao nível das grandes estruturas de poder económico e político, no aparato do Estado que toma as decisões. Participar passa a ser visto da perspectiva da participação social: «um processo mediante o qual as diversas camadas sociais tomam parte na produção, na gestão, e no usufruto de uma sociedade historicamente determinada» ⁽³²⁾ e se pauta a avaliação da produção do serviço social pelos resultados obtidos, em um determinado momento histórico, nas relações amplas da sociedade! O assistente social deixara de ser «agente de mudança» para se tornar «agente de transformação».

2. Desafio quotidiano da prática

A desmitificação das ideologias que serviram de génese às várias interpretações da participação, não tira do tema o conteúdo de valor que ele tem para a prática do serviço social no seu quotidiano.

O ponto de partida para a abordagem desse tema, no serviço social, tem sido sempre no contexto da relação assistente social / cliente e isso tem empobrecido e enviesado a análise, na medida que seu sentido e seu valor essencial transcende de muito aquela relação.

Deste modo, concordo com Aldaiza O. Sposati ⁽³³⁾ quando denuncia que a participação no serviço social tem tido sempre um tratamento reificado, uma vez que este centra sua preocupação no produto e não no produtor ou no modo de produção. Considera que a participação sempre foi tomada como categoria subordinada e instrumental, como algo a ser promovido, cuja aplicação recebe sempre um tratamento de atributo e não de algo essencial, tendo sua percepção reduzida à questão da volição humana por ter ou não ter esse atributo.

Entretanto, não me parece que esse tratamento inadequado, insuficiente e, muitas vezes mutilador do tema, seja argumento suficiente, para desqualificá-lo em termos de sua validade como categoria de explicação, compreensão e acção sobre o real. Principalmente porque acredito que ela está posta nesse real, como resultado de pressões e conquistas de grupos e movimentos populares organizados.

Naturalmente, para ser fiel aos factos históricos, tenho que reconhecer que muitas das abordagens que se fizeram, sob a égide da participação, terminaram por favo-

⁽³¹⁾ Ursula S. Karsch, op. cit., p. 68.

⁽³²⁾ Safira Ammann, op. cit., p. 61.

⁽³³⁾ Aldaiza de O. Sposati «A participação e o Pôr-se em Movimento», em Serviço Social e Sociedade, n.º 9, p. 43/56.

recer a consolidação e a reprodução das propostas capitalistas. Muitas vezes elas vieram frear um processo legítimo de participação pela via da cooptação e da integração das lideranças no sistema de dominação.

Mas, esses, me parecem mais argumentos para que se procure clarear as contradições contidas no processo, do que para relegá-lo. Desse modo, o propósito de nossa reflexão preliminar, onde procuramos explicitar as adjectivações e objectivações que foram sendo atribuídas à participação nos diferentes contextos históricos do serviço social, não foi para negar a validade do tema, mas para colocá-lo em questão.

Se no quotidiano da nossa prática temos que trabalhar com as relações contraditórias e conflitivas entre grupos e classes sociais, precisamos saber distinguir as formas autênticas e espúrias da participação, as suas possibilidades e as suas limitações.

Em trabalho apresentado no II Encontro sobre Serviço Social na Universidade Latino-Americana ⁽³⁴⁾ no qual relatei alguns pontos resultantes da pesquisa por mim realizada sobre Tendências da Prática do Serviço Social apontei que «para a questão da proposta de participação, encarada como incorporação das populações aos projectos definidos pelas instituições (o que em serviço social se traduz na preocupação operativa da articulação entre o poder e a população), que tem se caracterizado pela ausência de participação de uma grande massa da população nas decisões e na responsabilidade de solução dos problemas sociais, se contrapõe a proposta de organizações autónomas, no sentido de que a população se organize e estabeleça relações, acatando ou negando as suas propostas, de acordo com os seus próprios projectos» ⁽³⁴⁾, isso se deu à medida em que os assistentes sociais se aperceberam da relação existente entre a acção profissional e os interesses dos grupos sociais que detêm o poder, o que vem se concretizando através de sua adesão aos projectos ideologicamente definidos dentro do Estado, tendo em vista o fortalecimento das propostas economicamente dominantes. Esta percepção é resultante do propósito de ruptura dessa ligação e de busca do estabelecimento de vínculos entre a sua prática e os projectos das classes populares, através do estabelecimento de relações concretas com suas organizações.

Se se pretende, hoje, abordar a participação do ponto de vista de indivíduos, grupos, organizações e movimentos populares autónomos, há que se procurar compreendê-los e às múltiplas formas como eles são concebidos e vivenciados.

A leitura de Carlos Nelson Coutinho ⁽³⁵⁾, do estudo que ele fez sobre a democracia, nos dá algumas pistas para essa reflexão. Partindo da premissa de que a democracia é um valor universal considera que «nem objectivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de génese, nem subjectivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem *seu valor universal muitas das objectivações ou formas de relacionamento social* que compõem o arcabouço institu-

⁽³⁴⁾ II Encontro sobre Serviço Social na Universidade Latino-Americana, Porto Alegre, Brasil, Novembro de 1983. Tema: Marcos Teóricos da Participação na América-Latina.

⁽³⁵⁾ Carlos Nelson Coutinho em «A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios». Ed. Salamandra, R. Janeiro, 1984, 2.^a.

cional da democracia política» (36). E continua: «as objectivações da democracia — que aparecem como resposta (...) ao desenvolvimento correspondente dos carecimentos de socialização da participação política — tornam-se valor na medida em que contribuíram, e continuam a contribuir, para explicitar as componentes essenciais contidas no ser genérico do homem social» (37).

Se se considerar que os grupos organizados e os movimentos populares são, hoje, elementos importantes no jogo do poder, na medida em que propiciam condições tanto de conquista quanto de aprofundamento de espaços nas políticas sociais, fica evidente a importância e oportunidade da acção profissional junto a esses grupos.

Isso não significa que não se tenha presente que a formação e o funcionamento de alguns desses grupos resultem, basicamente, de interesses individuais ou corporativos. Não significa também que se acredite que o conjunto aleatório dos interesses individuais e corporativos desses grupos acabaria resultando no equilíbrio racional no sentido do interesse público superior, à moda de «mão invisível» estudada por Adam Smith na Economia.

Significa que se considera que a participação deve ser tomada, à semelhança de outros mecanismos da democracia, como *valor estratégico permanente*, que possibilita a apropriação social da política: «é no quotidiano que as relações sociais se reproduzem e é no quotidiano que as relações sociais podem ser modificadas». (38)

No serviço social de hoje, vamos encontrar correntes que defendem a participação como *instrumento tático*, útil à luta dos sectores populares à medida que se possibilita a organização e a defesa dos interesses económicos e sociais comunitários ou corporativos.

Esse tipo de participação se expressa, particularmente, no chamado «basismo», na ideia de que nada é legítimo sem delegação expressa das «bases», o que gera, por vezes, alguns equívocos com graves consequências:

- considerar a sabedoria popular como nata. Como se a consciência imediata da realidade e de suas soluções a tornasse capaz de impulsionar e encaminhar suas lutas.
- Considerar também que os problemas podem encontrar solução com a sua transferência para as «bases», que, por servirem os interessados directos, saberão encontrar as respostas mais adequadas.

Essa óptica parte do suposto de uma harmonia de interesses desses grupos, de que existe um bem que é comum a todos (os conflitos, os antagonismos, estão ao nível das classes), não levando em conta que a busca da satisfação de interesses privados suscita, frequentemente, conflitos de interesse, mesmo internos aos grupos, que podem chegar a violentos antagonismos.

(36) Idem, op. cit., p. 22.

(37) Idem, op. cit., p. 24.

(38) Sandra A. Barbosa Lima em «A Participação Social no Cotidiano».

A transferência da autoridade pública ou institucional para as «bases» pode, nesse sentido, tornar insolúveis esses tipos de conflitos. Pode, ainda, fornecer a criação ou o fortalecimento de grupos herméticos, fechados ao diálogo e à aliança, com dificuldade de articulação com o conjunto da sociedade, dificultando o aproveitamento das oportunidades políticas.

Por outro lado, torna-se cada vez mais evidente que a conquista de um regime de democracia política se faz a partir da criação de uma base, multiplicação dos mecanismos de democracia directa: os sujeitos colectivos ganhando autonomia e representatividade, desligados da tutela do Estado. Ao lado da nova formação económica e social, o desenvolvimento, dentro da velha sociedade, de elementos para novas formas de participação que se esboçam em oposição aos interesses e pressupostos teóricos do liberalismo clássico.

António Gramsci⁽³⁹⁾ quando discute a questão da construção da hegemonia do proletariado encaminha algumas respostas para a questão em pauta.

Gramsci considera a organização como base do processo interno da acção política: a população organizada enquanto força efectiva no conjunto da sociedade. Para esse objectivo há que construir uma vontade colectiva — que é a própria consciência de classe — capaz de unificá-la em torno das suas questões fundamentais.

O ponto de partida dessa construção é o imediato (as questões meramente comunitárias ou corporativas) para atingir o mediato (as questões políticas mais gerais). O que poderia ser expresso, a grosso modo, como: um primeiro momento de corporativismo, um movimento no sentido da solidariedade, para o alcance de uma ultrapassagem para o envolvimento político mais amplo, em consequência de uma maior consciência de classe.

Para indicar esse salto, Gramsci cunha o conceito de «catarse» — processo pelo qual uma classe supera seus interesses económico-corporativos e se eleva a uma dimensão universal. Supera dialecticamente sua mera particularidade individual ou grupal e situa-se ao nível de sujeito consciente da história.

Outro ponto para a concretização dessa base está na crescente socialização da política, na incorporação permanente de novos sujeitos individuais e colectivos ao processo de transformação social, cujo autonomia e diversidade deve ser respeitada. A luta pela «unidade na diversidade», torna-se não apenas um objectivo tático, imediato, mas também um objectivo estratégico, no longo caminho da transformação.

É preciso, portanto, em primeiro lugar, consolidar as conquistas e, em segundo lugar, construir as condições necessárias para ampliar e aprofundar essas conquistas.

Em que pode a participação favorecer esse processo?

- Aumentando o grau de consciência crítica política.
- Reforçando o controlo popular sobre a autoridade.

(39) Estas análises das proposições de Gramsci foram feitas originariamente por Carlos Nelson Coutinho, op. cit., p. 69/90.

Para tanto, ela precisa se basear em canais institucionais que lhe proporcionem as condições objectivas e concretas de acesso à informação, de veiculação de suas ideias, interesses e posições, de reivindicações de aspectos de interesse, sabendo o que deve ser reclamado e a quem.

A ampliação desses sujeitos colectivos de base e sua unificação nas lutas mais gerais (respeitadas suas autonomias e diversidades), pode vir a ser um vigoroso instrumento de pressão e de controle sobre as instituições, que tentará inverter a tendência clássica à burocratização e ao conservadorismo das decisões.

Para finalizar, no sentido de garantir espaços cada vez mais amplos de conquista, há que ser feita uma articulação com o Poder Legislativo de modo a que suas determinações traduzissem efectivamente o dinamismo da sociedade e que a expressão da vontade popular não fique restrita à eleição atomizada e manipuladora, de tempos em tempos de seus «representantes». O parlamento teria, assim, o papel insubstituível de ser um local privilegiado da *síntese política*, necessária para que os interesses sectoriais não se traduzam em lutas corporativas, reproduzindo em outro nível a atomização da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- Silva, Maria Lúcia C. «Caracterização e Análise do Sector de Desenvolvimento da Comunidade». São Paulo, SEBES, 1978.
- Revista Serviço Social e Sociedade, n.º 9, São Paulo, Cortez, 1982.
- Revista Serviço Social e Sociedade n.º 20, São Paulo, Cortez, 1986.
- Ammann, Safira. Participação Social, São Paulo, Cortez e Moraes, 1978, 2.ª ed.
- Kowarich, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- Berlink, Manuel. Marginalidade e Relação de Classe em São Paulo, Petropolis, Vozes, 1975.
- Durkheim, Emile. As Regras do Método Sociológico, Lisboa, Presença, 1984, 2.ª ed.
- Rostow, W.. As Etapas do Desenvolvimento Económico: Um Manifesto Não Comunista, Rio de Janeiro, Zahar.
- Merton, Robert. Sociologia: Teoria e Estrutura, Trad. Miguel Maillat, S. Paulo, Mestre Jou, 1970.
- Hilhorst, Jos. Planejamento Regional: Enfoque sobre Sistemas.
- Coutinho, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal e Outros Ensaios, Rio de Janeiro, Salamandra, 1984, 2.ª ed.
- Lowy, Michael. Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma Análise Marxista, São Paulo, Cortez, 1985, 2.ª ed.
- Lima, Sandra A. Barbosa. Participação Social no Cotidiano, São Paulo, Cortez, 1983, 5.ª ed.
- Baptista, Myrian Veras. Desenvolvimento da Comunidade, São Paulo, Cortez e Moraes, 1979, 3.ª ed.

NOTA DA REDACÇÃO

A Revista «INTERVENÇÃO SOCIAL» é um espaço de diálogo e de debate de ideias e experiências sobre temas sociais.

Espera-se por isso a colaboração dos leitores, através da elaboração de artigos, relatos de Intervenção profissional, estudos, etc.

Os textos, contudo, não deverão exceder as 20 páginas dactilografadas a dois espaços. A decisão da sua publicação é tomada pela Direcção da Revista e os textos não publicados não serão devolvidos.